

Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

Título

Imprensa no Brasil: um estudo do assassinato de jornalistas na ditadura e no período democrático

Autores

Priscila Figueiredo
Gabriella Zauith Leite Lopes

Ano de publicação

2020

Referência

FIGUEIREDO, Priscila; LOPES, Gabriella Zauith Leite. Imprensa no Brasil: um estudo do assassinato de jornalistas na ditadura e no período democrático. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, 2020.

IMPrensa NO BRASIL: UM ESTUDO DO ASSASSINATO DE JORNALISTAS NA DITADURA E NO PERÍODO DEMOCRÁTICO

THE PRESS IN BRAZIL: A STUDY ON THE KILLING OF JOURNALISTS DURING THE DICTATORSHIP AND THE DEMOCRATIC PERIOD

Priscila Figueiredo*
Gabriella Zauith Leite Lopes**

Resumo: O presente artigo apresenta dados da pesquisa sobre mortes de jornalistas em dois períodos históricos no Brasil: a Ditadura Militar (1964-1985) e a Nova República (de 1985 até os dias atuais). Foram analisados casos de assassinatos, constituindo um corpus de pesquisa com 65 jornalistas, sendo 24 na época da ditadura e 41 na Nova República, mostrando como os jornalistas sofreram perseguições e sofrem até hoje no país, sendo o Brasil apontado como o 4º país mais perigoso da América Latina para o desempenho da função, segundo a organização Repórteres Sem Fronteiras. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental. Os dados foram coletados e organizados em categorias. A coleta foi realizada nas instituições de classe jornalísticas e sites, no período dos meses de março 2018 a dezembro de 2019. O recorte feito a partir dos dados da pesquisa traz histórias de oito jornalistas. Quatro deles foram mortos no período da ditadura, dois deles ligados ao Comitê Central do PCB, e as únicas duas mulheres da amostra. No período democrático, são apresentados quatro profissionais mortos que trabalhavam para grandes veículos de comunicação, de grande alcance no estado ou nacional. Na ditadura, os jornalistas morriam pela mão do Estado, agora eles morrem por omissão do mesmo como casos de impunidade, falta de investigação dos casos, falta de segurança no

* Graduada em Jornalismo e Produção Audiovisual pelo Centro Universitário Barão de Mauá (CBM) e radialista pelo Senac. Contato: priscilla.ga.figueiredo@gmail.com

** Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela UFSCar e graduação em Jornalismo pela Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp) e em Pedagogia pela Unigranet. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: gabriella.lopes@baraodemaua.br

exercício da profissão, se tornando uma das atividades profissionais mais perigosas.

Palavras-chave: Jornalistas mortos; Ditadura militar; Nova República; Imprensa no Brasil.

Abstract: This article presents data from a research on deaths of journalists in two historical periods in Brazil: the Military Dictatorship (1964-1985), and the New Republic (until the present day). Murder cases were analyzed, constituting a research corpus with 65 journalists, 24 of them at the time of the dictatorship and 41 in the New Republic, showing how journalists suffered persecution and still suffer today in the country, with Brazil being ranked as the 4th most of Latin America for the performance of the function, according to the organization Reporters Without Borders. The methodology used was bibliographic and documentary research. The data were collected and organized into categories. The collection was carried out in the journalistic class institutions and websites, from March 2018 to December 2019. The cut made from the survey data brings stories from eight journalists. Four of them were killed during the dictatorship, two of them linked to the Central Committee of the PCB, and the only two women in the sample. In the democratic period, there are four dead professionals who worked for major media outlets, of great reach in the state or nationally. In the dictatorship, journalists died by the hand of the State, now they die due to its omission as cases of impunity, lack of investigation of the cases, lack of security in the exercise of the profession, becoming one of the most dangerous professional activities.

Keywords: Journalists; Military dictatorship; New Republic; Press in Brazil.

O presente artigo apresenta dados da pesquisa realizada no Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo, “Liberdade de imprensa no Brasil: a vulnerabilidade dos jornalistas na Ditadura e na Nova República” (FIGUEIREDO, 2018). Na primeira parte, o artigo discorre sobre o aspecto teórico do jornalismo, da liberdade de imprensa e da liberdade de expressão. Em seguida apresentam-se discussões sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI), ferramenta disponível para pesquisa em documentos públicos. Depois, “A democracia mascarada e os jornalistas mortos” traz dados e análise da pesquisa realizada (FIGUEIREDO, ZAUITH, 2019).

Como procedimento metodológico foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, caracterizada como pesquisa exploratória (GIL, 2002). Os dados foram coletados e organizados em categorias. A coleta foi realizada nas instituições de classe jornalísticas e sites, no período dos meses de março 2018 a dezembro de 2019. Também foram arquivadas fotos dos jornalistas, encontradas nos arquivos e reportagens. O *corpus* da pesquisa analisou 65 assassinatos, sendo 24 jornalistas na época da ditadura, em 21 anos, a maioria sob poder do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna). No governo democrático, 41 jornalistas foram mortos no exercício da profissão em 18 anos, fato que corrobora a informação de que o Brasil é apontado como 4º país mais perigoso da América Latina, pela organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF, 2018).

O destaque para a presente publicação é o recorte feito a partir dos dados da pesquisa. No período da ditadura, foram apresentadas histórias de quatro jornalistas, dois deles ligados ao Comitê Central do PCB, e as duas únicas mulheres da amostra. No período democrático são apresentados quatro profissionais mortos trabalhavam para grandes veículos de comunicação, de grande alcance no Estado ou Nacional.

Liberdade de imprensa e de expressão

O jornalismo pode ser definido como uma “uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes”, segundo a ideia do jornalista Clóvis Rossi (1998, p. 7). Ele ainda acrescenta que tal batalha teria o uso de uma arma com “aparência extremamente inofensiva”, arma esta que seria a palavra. O autor mostra quão grande é o poder da palavra juntamente com a influência irrevogável da mídia.

O poder da palavra só existe devido à liberdade de expressão e liberdade de imprensa. Os jornalistas e a imprensa em geral têm o dever

para com o público de fazer valer a pena a liberdade que lhes é garantida. É preciso saber como e quando usar essa liberdade de imprensa, para cumprir o verdadeiro papel da profissão, como dito antes, que é prestar o serviço ao público de investigar e denunciar tudo o que está escondido e que possa prejudicar a sociedade.

Não só para jornalistas ou imprensa, a Constituição do país garante o direito ao cidadão comum ser livre para se expressar:

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

IX- é livre a expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença;

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais (BRASIL, 1988).

Posto isso, é possível dizer que a constituição garante a liberdade de expressão, o acesso a toda e qualquer informação relevante para toda a sociedade, dando assim o direito de a imprensa trabalhar livremente.

Eugênio Bucci (2009) fala sobre o jornalista ou a imprensa ser independente, ter um maior grau de autonomia, não ficando presa a nenhuma empresa ou pessoa. Assim o público poderá ter mais confiança nas informações que estão sendo transmitidas. Afinal, a independência e a liberdade de imprensa andam lado a lado.

À medida que mergulhamos no detalhamento, revela-se mais nítida uma nova fase da aderência entre estas duas palavras distintas, independência e liberdade. Pode-se dizer que, posta assim, em termos concretos e verificáveis, a independência formal e material fornece os pré-requisitos para que a liberdade, em suas diversas dimensões (até mesmo filosóficas), seja cultivada e radicalizada, sempre. A liberdade tem isto de muito curioso: ela só existe quando se expande. Se a imprensa

não é capaz de expandi-la, a imprensa não é livre (BUCCI, 2009, p. 14)

Segundo Eugênio Bucci (2009), em seu livro *A imprensa e o dever da liberdade*, os jornalistas e os órgãos de imprensa não têm “o direito de abdicar de sua liberdade” nem de sua independência no trabalho em hipótese alguma. O jornalista argumenta ainda que:

Os jornalistas devem recusar qualquer vínculo, direto ou indireto, com instituições, causas ou interesses comerciais que possa acarretar – ou dar a impressão de que venha acarretar – a captura do modo como veem, relatam e se relacionam com os fatos e as ideias que estão encarregados de cobrir (BUCCI, 2009, p. 11).

O Estado não pode interferir em uma manifestação de pensamento, pois é garantia do cidadão se expressar livremente, para o desenvolvimento e o andamento geral da sociedade. O cidadão tem o direito de ser ouvido e isso deve ser respeitado pelo Estado, pois a liberdade de expressão é um dos princípios da democracia.

O princípio da neutralidade deve ser considerado pelo Estado, pois só assim o indivíduo poderá se expressar livremente, e não só isso, mas também trazer o favorecimento a tolerância na sociedade e o pluralismo. O papel do Estado não é favorecer um grupo oprimindo o outro, mas sim garantir a ordem e decência no espaço físico em que vivemos, caso algo saia de sua ordem natural.

Para Silva (2012), o Estado faz um mal muito grande vetando alguém de expressar livremente sua opinião quanto vetar um discurso político. Pois, os cidadãos também têm o direito de participar das decisões políticas, para contribuir na formação da atmosfera moral ou estética do país.

Uma opinião não deve ser proibida de ser manifestada, ainda que se tenha certeza de que ela é falsa, ou de que algum grupo sentir-se-á melindrado se essa opinião for

publicada, pois, assim como ninguém pode ser proibido de votar porque suas opiniões são desprezíveis, também não se pode negar a ninguém o direito de falar, escrever ou manifestar-se no rádio ou na televisão pelo simples fato de suas opiniões serem insultuosas demais para serem consideradas (SILVA, 2012, p. 28)

A luta pela livre expressão foi uma das intempéries passadas por jornalistas no período do regime militar, vítimas de violência e arbitrariedades, documentadas no livro de Fernando Jorge (2008), *Cala boca, jornalista! O ódio e a fúria dos mandões da imprensa brasileira*, desde a época do Império. O autor caracteriza “o holocausto dos jornalistas”, de modo que “o ódio contra a imprensa no Brasil é um ódio antigo, secular, proveniente de espíritos sempre anacrônicos, em conflito com os avanços da democracia. Rebento do autoritarismo, do arbítrio do establishment, da intolerância dos mandões a serviço do poder [...]” (JORGE, 2008, p. 29).

Agir como um jornalista atuante, independente, tem sido no Brasil uma das coisas mais ariscadas no mundo. Existiu sempre o perigo, remoto ou não, desde a época do Império, de acontecer tudo isto a esse jornalista: ser preso, agredido, processado, torturado, assassinado. O motivo é simples. Neste país, a justiça social, da demagogia e da roubalheira, os autocratas, quase sempre, aliaram-se à ignorância e à boçalidade, aos esfola-caras, aos patudos cujos argumentos são o porrete, o bofetão, o sopapo, o rabo-de-arraia, a cabeçada, o punhal, a peixeira, a navalha, o berrante, o trabuco, o fuzilamento (JORGE, 2008, p. 287)

Lei do Acesso à Informação

O direito à informação na íntegra, independente de quem se tratar, pois a liberdade de expressão, é prevista pela Constituição, e a Lei do Acesso à Informação (LAI) nos garante isso. Na teoria, sim, é tudo muito pensado, redigido e posto como uma garantia, mas, na prática, e em muitos casos, o papel não traz garantia de nada. Essa pesquisa tem

o objetivo de analisar até que ponto a democracia, no Brasil, garante a integridade e a liberdade de imprensa dos jornalistas no país. Dados recentes mostram que a profissão está se tornando uma profissão arriscada.

Em 2019, 49 jornalistas foram mortos em todo mundo. Balanço anual de violências graves cometidas contra jornalistas aponta ainda que 389 estão presos e 57 são reféns. De acordo com o relatório da organização não governamental (ONG) Repórteres sem Fronteiras (RSF), o jornalismo permanece uma atividade perigosa, apesar de o número de mortes registrado ser o menor dos últimos 16 anos. Com relação ao ano anterior, houve uma redução de 44% no número de mortes (AGÊNCIA BRASIL, 2019).

Esse papel do comunicador, o jornalista, de ser o prestador de serviços, dar voz a quem não teria atenção sozinho, é tão importante que as leis dão aval e proteção para a profissão. A Constituição garante o livre acesso às informações públicas, por meio da LAI Lei nº 12.527/2011, em vigor em 16 de maio de 2012.

Essa norma entrou e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. A Lei vale para os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos Tribunais de Conta e Ministério Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos (BRASIL, 2012).

É uma importante ferramenta de apuração jornalística, mas ainda pouco usada por jornalistas, pelo seu desconhecimento ou demora na resposta aos pedidos.

Celebrado como meio de aprimoramento da transparência governamental e uma forma de o cidadão monitorar as ações do Estado, o texto legal também vem se consolidando como uma ferramenta de apuração

jornalística. Reportagens produzidas a partir da LAI estão presentes na imprensa brasileira desde 2012, ano em que a lei entrou em vigor. Até o momento, no entanto, é escassa a produção acadêmica acerca da dimensão com que jornalistas vêm lançando mão dos requisitos previstos na lei para obter informações junto a autoridades públicas. Bem como ainda carece de pesquisa o modo como a administração pública tem julgado e respondido esses pedidos (GONÇALVES; STACCIARINI; NASCIMENTO, 2018)

A partir desta discussão teórica sobre o jornalismo, as leis que protegem a liberdade de imprensa e o acesso à dados, os riscos iminentes de sua profissão são mostrados pelos dados coletados, assim como detalhes da pesquisa realizada em órgãos de imprensa e associações de classe.

Quem são os jornalistas

Dados dos jornalistas mortos foram coletados e organizados em seis categorias, numa planilha contendo: nome, data morte, motivo, veículo em que trabalhava, cidade/estado, e local da morte. Foram apontados os motivos das mortes, o que os profissionais faziam ou trabalhavam na época, como foram mortos e por quem. Os dados foram coletados nos seguintes sites (Quadro 1), entre os anos de 1964 a 1985 e 2000 a 2018.

Quadro 1: Fontes utilizadas para coleta de dados

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Hospeda os arquivos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP, 2018), instituída em 1995 com finalidade de dar andamento ao reconhecimento de pessoas mortas ou desaparecidas após o golpe militar de 1964

Jornalistas Livres. Rede de coletivos originada na diversidade, fazem um contraponto à falsa unidade de pensamento e ação do jornalismo praticado pela mídia tradicional centralizada e centralizadora.

<p>Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo (SJSP). Entidade representativa criada por jornalistas de São Paulo num momento significativo da luta contra o autoritarismo em outubro de 1975, quando São Paulo foi o cenário da primeira grande manifestação pública contra o regime militar, reunindo 5 mil pessoas na Praça da Sé, em frente à igreja matriz da cidade. Na ocasião, acontecia a missa de sétimo dia em memória de Vladimir Herzog, jornalista torturado e morto pela polícia política da ditadura militar.</p>
<p>Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI). Entidade voltada principalmente para o trabalho de crescimento profissional dos jornalistas, visando o respeito à sociedade que cobra um jornalismo de qualidade.</p>
<p>Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” (2018). Hospeda arquivos, para divulgação, livros e relatórios sobre os mortos e desaparecidos no período da ditadura militar</p>
<p>Repórteres Sem Fronteira. Organização independente, com sede em Paris, que defende a liberdade de expressão, apoia profissionais do meio de comunicação e também relata casos de violência de morte contra esses profissionais (RSF, 2018)</p>
<p>Imprensa online. Portal G1, Portal Terra, Agência Brasil, Folha de S. Paulo, Estadão, Revista Época, Jornal Extra, Jornal O Globo, Jornal El País, Jornal Correio Brasiliense, como também em blogs</p>

Jornalistas mortos: atuação política durante a ditadura no Brasil

Pode-se notar que a maioria dos jornalistas, tanto na época da ditadura quanto em períodos mais recentes, era de veículos independentes, o que os deixava desprovidos de respaldo maior para sua atuação na profissão. Os jornalistas trabalhavam ou faziam parte de jornais pequenos ou clandestinos, que faziam oposição ao governo militar e participavam dos mesmos movimentos ou partidos.

Dos 24 casos analisados de morte dos jornalistas entre os anos de 1964 a 1985, 14 deles faziam parte ou tinham ligação com o PCB (Partido Comunista Brasileiro) ou o que mais tarde passou a ser PCdoB. E outros oito integravam a ALN (Ação Libertadora Nacional). Os outros quatro restantes, integravam partidos ou jornais pequenos, mas todos também faziam oposição ao governo militar. Os jornalistas tinham entre 20 e 60 anos no dia de sua morte (Tabela 1), que ocorreu entre os anos de 1970 a 1976 (Tabela 2).

Tabela 1: Idade dos jornalistas mortos na ditadura

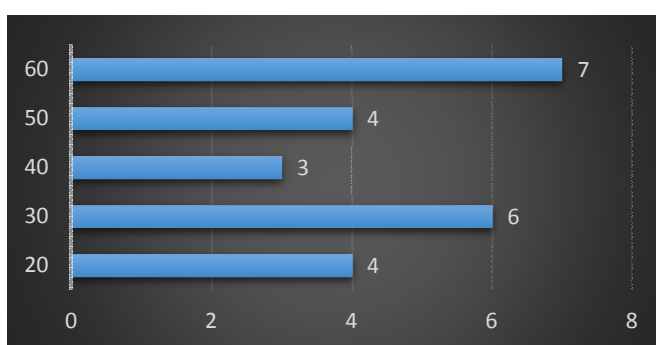
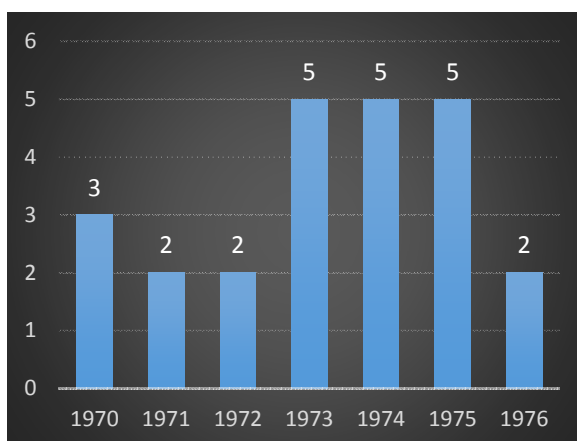


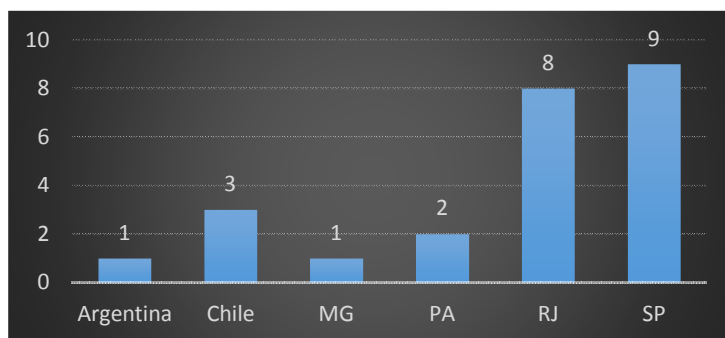
Tabela 2: Ano das mortes de jornalistas na ditadura



Outro dado a ser destacado é que a maioria das mortes desses jornalistas se concentrou em São Paulo Capital e no Rio de Janeiro, também Capital, na época da ditadura, em que nove foram mortos em

São Paulo e oito no Rio de Janeiro, onde eram instalados os maiores quartéis do DOI/CODI (Tabela 3).

Tabela 3: Estado e país das mortes de jornalistas na ditadura



Naquele tempo, os jornalistas eram perseguidos, presos, torturados e até mortos. As torturas ocorriam para que uns entregassem os outros colegas que estavam escondidos dos militares. Alguns assassinatos acabavam se conectando e ocorrendo com poucos dias de diferença, como, por exemplo, a dos jornalistas Orlando da Silva Rosa Bonfim Junior e Vladimir Herzog. Ambos foram torturados e mortos pelo DOI/CODI com apenas 17 dias de diferença. Sobre os dois jornalistas pesavam acusações de comunismo e manifestações contra o governo ditatorial da época.

É possível observar que os jornalistas que eram contra o sistema aplicado pelo Estado, e que lutavam contra o mesmo, sofriam severas punições pelas mãos do próprio Estado, até perdiam a vida. Os destaques são quatro casos de jornalistas, um deles de grande repercussão, Vladimir Herzog, também de Orlando da Silva Rosa Bonfim Junior e as duas únicas mulheres encontradas nos arquivos: Ieda Santos Delgado e Jane Vanini.



Vladimir Herzog – morto aos 38 anos

Foto: divulgação/CEMDP

Um dos casos, se não for o caso, de maior repercussão de captura, tortura e morte de um jornalista na época da ditadura no Brasil foi o do jornalista Vladimir Herzog. O caso Herzog provocou grande comoção nacional, o que fez a sociedade civil começar a mudar sua postura perante as práticas de tortura contra os presos políticos da época.

Vladimir Herzog é natural da Croácia, antiga Iugoslávia, e migrou para o Brasil com 9 anos de idade, sendo naturalizado brasileiro.

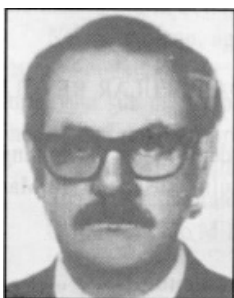
Segundo registros na CEMDP, Herzog iniciou sua carreira jornalística trabalhando como repórter, depois foi redator e chefe de reportagem no jornal O Estado de São Paulo. Em 1965 foi para Londres e lá viveu por dois anos trabalhando como produtor e locutor da BBC. De volta para o Brasil, entre alguns lugares em que o jornalista trabalhou, Herzog adotava um conceito para o seu trabalho, o de “responsabilidade social do jornalismo”. Já trabalhando para a TV Cultura, Herzog defendia a produção de um “jornalismo profissional, que não serve ao Estado e que, mais do que educativo ou cultural, fosse público”. O jornalismo defendia um diálogo com o povo, e não um jornalismo de vi única, que fosse um monólogo.

Com isso, o jornalista ficou visado e entrou para a lista dos órgãos de repressão da época sendo suspeito de fazer parte do PCB. Por isso, Herzog foi convocado para depor ao DOI-CODI/SP, onde compareceu voluntariamente na manhã do dia 25 de outubro de 1975. Mais tarde, ainda no mesmo dia, o jornalista teria sido encontrado morto em uma cela, enforcado com o cinto de um macacão usado pelos presos. “Seus companheiros de prisão foram unânimes em declarar que o macacão obrigatório para todos eles não possuía cinto”, além do corpo ter sido

encontrado com os pés apoiados no chão e com altura insuficiente para enforcamento, como em outros casos relatados de mortos dessa época.

Essa farsa terminou de ser desmascarada quando se tornaram públicos os depoimentos de George Duque Estrada e Leandro Konder, jornalistas presos no mesmo local, que testemunharam ter ouvido os gritos de Herzog sendo torturado. Evidências inquestionáveis da tortura tinham sido identificadas pelo comitê funerário judaico, responsável pela preparação do corpo para o sepultamento. Por essa razão, Herzog não foi enterrado na área do cemitério destinada aos suicidas, conforme preceitos religiosos do Judaísmo. Por fim, as afirmações contraditórias dos médicos legistas Harry Shibata, Arildo de Toledo Viana e Armando Canger Rodrigues, durante a ação judicial movida pela família, também contribuíram para desmontar a versão de suicídio. Ao receberem a notícia da morte, jornalistas paralisaram muitas redações em São Paulo, sendo que os responsáveis pelas empresas precisaram negociar para que os profissionais garantissem a edição do dia seguinte. O Sindicato dos Jornalistas declarou vigília permanente e foi convocada uma celebração religiosa na Catedral da Sé, que o então comandante do II Exército, general Ednardo D'Avila Melo, tentou impedir fechando as avenidas que conduziam ao centro de São Paulo. Mesmo assim, milhares de pessoas se aglutinaram no templo superlotado, extravasando para uma parte da praça, durante o culto ecumênico concelebrado pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, pelo rabino Henry Sobel e pelo reverendo Jaime Wright, irmão do desaparecido político Paulo Stuart Wright. (CEMDP, 2018)

No site *El País*, em 31 de julho de 2018, publicou uma matéria do jornalista Felipe Betim sobre o Ministério Público Federal de São Paulo retomar as investigações sobre a morte de Herzog. O Estado Brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 4 de julho deste ano, por falta de investigação do caso, julgamento e possíveis punições aos responsáveis pela morte do jornalista, por isso o inquérito será reaberto. Além de procuradores da República e integrantes da ONG Centro de Justiça e Direito Internacional, o pedido de reabertura do inquérito também foi feito pelo filho e viúva do jornalista, Ivo e Clarisse Herzog.



Orlando da Silva Rosa Bonfim Junior – morto aos 60 anos

Foto: divulgação/CEMDP

Formado em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Orlando da Silva Rosa Bonfim Junior era membro do Comitê Central do PCB, mesmo partido em que Herzog era suspeito de participar, também exerceu a profissão como jornalista e se tornou secretário da redação no Estado de Minas. Foi vereador em Belo Horizonte sendo líder comunista na Câmara de Vereadores. No ano de 1958, o jornalista se mudou para o Rio de Janeiro para dirigir dois jornais, ao mesmo tempo, do PCB, a Imprensa Popular e Novos Rumos.

Como registrado pela CEMDP, ainda no período ditatorial, o jornalista foi preso na tarde do dia 8 de outubro de 1975, no Rio de Janeiro. Naquele dia, um dos filhos do jornalista recebeu um telefonema com a informação da prisão de seu pai pedindo para que a família conseguisse um advogado e avisasse a prisão à ABI (Associação Brasileira de Imprensa).

O fato ocorreu 17 dias antes da morte do jornalista Vladimir Herzog e prontamente o Comitê Central do PCB e os filhos de Orlando de mobilizaram para encontrar o jornalista. Já no dia 31 de outubro daquele mesmo ano, a família do jornalista foi informada de que ele estaria preso no DOI-CODI/RJ, fazendo com que a ABI fosse acionada novamente enviando “um pedido de informação ao comandante do I Exército, general Reynaldo Mello de Almeida. Mas, onde dia depois, o I Exército informava que ele não estava e nunca estivera lá”. Outras áreas militares da época também respondiam a mesma coisa e ninguém assumia a prisão de Orlando.

No dia 27 de novembro surgiu o primeiro boato sobre o destino de Orlando Bomfim.

O jornal O Estado de São Paulo recebeu um telefonema anônimo informando que ele estava morto. No mesmo dia, a sucursal carioca da Folha de S.Paulo recebia um telex informando sobre sua morte na prisão, durante interrogatório. De acordo com declarações do ex-sargento do DOI-CODI/SP, Marival Dias Chaves do Canto, (Veja de 18/11/1992), Orlando foi morto com uma injeção para matar cavalos. Foi capturado no Rio de Janeiro pelo DOI-CODI de São Paulo e levado para um cárcere na rodovia Castelo Branco, onde foi executado, sendo seu corpo jogado na represa de Avaré, no trecho entre a cidade de Avaré (SP), e a rodovia Castelo Branco. Nos documentos encontrados nos arquivos secretos do DOPS/SP é possível ler as seguintes informações sobre Orlando Bomfim: "- 14/7/64 - Cassado pelo AI-1 de 1964;- 1/6/71 - foi condenado a 7 anos de prisão pela Auditoria da 4ªRM. - 22/9/78 (CEMDP, 2018)



Jane Vanini – morta aos 29 anos

Foto: divulgação/CEMDP

Jane Vanini estudou Ciências Sociais na USP e participou de muitos grêmios estudantis durante seus estudos. Em São Paulo, a jornalista trabalhou na Editora Abril e no ano de 1969 passou a desenvolver atividades apoiando a ALN e no ano seguinte passou a ser procurada pelos órgãos de segurança. Ainda no mesmo ano, Vanini conseguiu se mudar do Brasil para o Uruguai e de lá seguiu para Cuba, onde trabalhou em um programa de rádio para o Brasil, da Radio Havana, como locutora, juntamente com seu marido Sérgio Capozzi.

Segundo registros das CEMDP, mais tarde, a jornalista se juntou a um “grupo de 28 militantes que fundaram o Movimento de Libertação Popular (Molipo), dissidência da ALN e retornaram clandestinamente ao Brasil”.

Jane, à época, já estava indiciada como participante da ALN – em maio de 1972, viria a ser condenada à revelia, pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo, a cinco anos de reclusão e perda dos direitos políticos por dez anos. O casal instalou-se em um sítio no norte de Goiás (hoje Tocantins) com a intenção de lá estabelecer uma base, mas em

pouco tempo o Molipo começou a ser severamente atingido pela repressão, vários de seus dirigentes foram mortos, e nesse contexto Jane e Sérgio deixaram mais uma vez o país, desta vez para o Chile de Salvador Allende, onde passaram a viver a partir do início de 1972. No Chile, Jane militou no Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR) e trabalhou como secretária da revista da organização, Punto Final. Separou-se de Sérgio e passou a viver com o jornalista José “Pepe” Carrasco, dirigente do MIR. O golpe de Estado de setembro de 1973, dando início à ditadura do general Pinochet, obrigou Jane a, mais uma vez, entrar para a clandestinidade. Em meados de 1974, Jane e Pepe mudaram-se para a cidade de Concepción. Foi lá que, em dezembro daquele ano, Jane morreu em um enfrentamento com as forças da repressão chilena. Ao longo desses anos de militância e clandestinidade, Jane usou vários codinomes, entre os quais: Adélia, Ana, Carmen e Gabriela, nome pelo qual era conhecida por seus companheiros no Chile quando morreu. (CEMDP, 2018)

Quanto a morte da jornalista, em 6 de dezembro de 1974, há divergências nos registros apresentados. Vanini resistiu ao ataque, em sua casa, por várias horas sozinha, disparando sua arma enquanto tentava destruir documentos comprometedores, sendo encontrada por militares, dentro do apartamento, inconsciente no chão “com uma metralhadora ao seu lado”. Mas segundo a CEMDP, uma versão foi dada, através de um comunicado do Comando da II Zona Naval de Talcahuano, de que a jornalista teria cometido suicídio, versão essa que circulou pelos jornais do Chile na época.

Investigações posteriores indicam que ela possivelmente teria sido trasladada ferida, porém viva a um centro clandestino de prisioneiros na Base Naval de Talcahuano, sendo que, no dia 10 à tarde (quatro dias depois), um funcionário do Serviço de Bem-Estar Social da Marinha foi incumbido de retirar no necrotério do Hospital Naval o cadáver de “uma executada” e providenciar seu enterro como NN (“não identificado”) no Cemitério de Talcahuano. A família de Jane recebeu a notícia de sua morte por uma carta de Pepe Carrasco, enviada da prisão – depois de dois meses em que foi mantido incomunicável. Os esforços de familiares de Pepe Carrasco e amigos, na época, para localizar os restos de Jane foram infrutíferos: não

havia registro do óbito ou sepultamento, nem conseguiram qualquer indicação de para onde o corpo havia sido levado. Nenhum tribunal abriu processo para investigação do caso. (CEMDP, 2018)

Após quase 20 anos da morte da jornalista, quando a CNRR (Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação) começou as investigações, no Chile, sobre os mortos e desaparecidos durante a ditadura, a comissão responsável sobre o assunto da Câmara dos Deputados do Brasil começou a reunir informações e colher depoimentos de familiares e pessoas próximas à jornalista.

Em conclusão ao caso, em 1993, foi constatado que a jornalista foi vítima da violência política, mas que até a presente data não havia sido possível esclarecer as circunstâncias da morte da jornalista e nem saber o paradeiro dos restos mortais.

Em 1996, por iniciativa da CNRR, foi aberta no 3º Juzgado del Crimen de Concepción investigação judicial sobre o caso.

Posteriormente, em 2006, o “Programa de Continuação da Lei no 19.123” do Ministério do Interior do Chile – unidade especializada em processos relativos aos mortos e desaparecidos políticos – ingressa como parte no processo. No mesmo ano, o advogado chileno Nelson Gonzalez Bustos, que investigou o caso, inter-põe, no âmbito do mesmo processo, denúncia criminal pelo sequestro e homicídio qualificado de Jane Vanini e formação de bando ou quadrilha genocida quanto aos integrantes do Cire. (CEMDP, 2018)



Ieda Santos Delgado – desaparecida aos 29 anos

Foto: divulgação/CEMDP

Ieda Santos Delgado deu início a sua vida política entre os anos de 1967 e 1968, em Brasília. Delgado foi advogada e funcionária do Ministério de Minas e Energia. Segundo registro da CEMDP, mesmo sendo militante da ALN, ela conseguiu levar suas atividades de

modo tranquilo, dentro da legalidade imposta pelo governo até ser presa em São Paulo e desaparecer em 11 de abril de 1974.

Delgado, em meio a diversas atividades, trabalhou no suplemento literário do jornal Tribuna da Imprensa. Na data de seu desaparecimento, a jornalista teria viajado do Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo para buscar os passaportes de um casal de militantes da ALN, pois eles precisavam deixar o país. Nesse dia ela não retornou ao Rio. Na época, por meio de um telefonema anônimo, a família da jornalista teria sido informada de que Delgado havia sido presa em São Paulo.

Sua mãe, Eunice, imediatamente viajou para São Paulo e iniciou uma busca desesperada pelo paradeiro da filha. Chegou a obter a informação, através de um general seu amigo, de que Leda estivera presa em Campinas (SP), tendo sido hospitalizada em função das torturas, e também em Piquete (SP), onde permanecera por pouco tempo. Tais informações, oficiosas, nunca foram confirmadas.

Os diversos habeas-corpus impetrados foram negados. Um mês depois da prisão da filha, Eunice passou a receber cartas de Leda, o que a deixou ainda mais aflita. Inicialmente, em cinco linhas, em carta postada em Belo Horizonte, Leda dizia para que a família não se preocupasse, que estava bem. Um mês depois outra carta, nos mesmos termos, postada do Uruguai. Nessa última, sua letra estava muito tremida. Eunice fez exames grafológicos e constatou que a letra era de Leda (CEMDP, 2018).

Nova república: jornalistas mortos em atuação

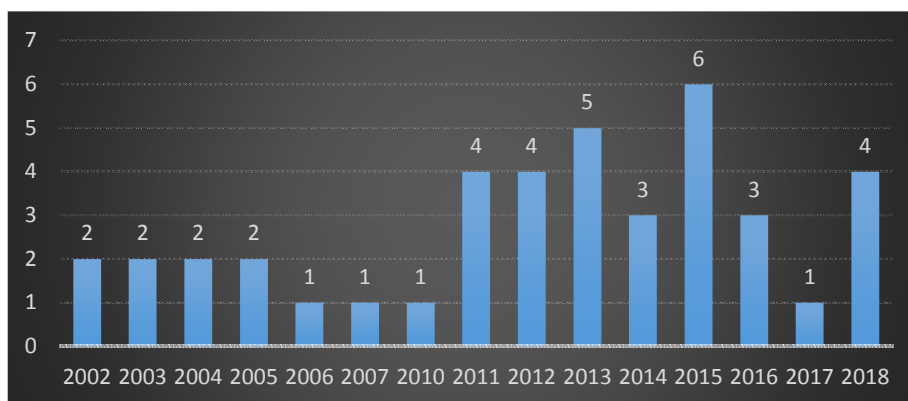
Já na Nova República, os jornalistas que perderam suas vidas durante o desempenho da função não eram ligados a mesmos movimentos ou partidos, tampouco da mesma localidade. Para a organização RSF, seria necessário um mecanismo de proteção ao jornalista, pela parte do Estado, para evitar essas mortes:

Ameaças, agressões durante manifestações, assassinatos. O Brasil ainda é um dos países mais violentos da América Latina para a prática do jornalismo. A ausência de um mecanismo nacional de proteção para os repórteres em perigo e o clima de impunidade - alimentado por uma

corrupção onipresente - tornam a tarefa dos jornalistas ainda mais difícil. Em um contexto de forte instabilidade política, ilustrado pela destituição da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016 e pela incerteza que envolve a corrida presidencial 2018, a liberdade de informação está longe de ser uma prioridade para os poderes públicos. A paisagem midiática ainda é bastante concentrada no país, sobretudo ao redor de grandes famílias industriais, com frequência, próximas da classe política. O segredo das fontes é, com frequência, atacado no país e inúmeros jornalistas investigativos são alvo de processos judiciais abusivos (RSF, 2018).

Mas foi possível observar que a maioria lutava pela mesma causa, e em consequência tiveram a vida tirada. Dos 41 casos de jornalistas assassinados, do ano de 2000 a 2018¹ (Tabela 4), apenas quatro morreram por consequência de trabalho de rua, fazendo coberturas especiais como o caso do fotojornalista Luiz Antônio Costa, que cobria o despejo dos sem-teto em um terreno da Volkswagen, em São Bernardo do Campo (SP), e veio a falecer por levar um tiro no local.

Tabela 4: Ano das mortes de jornalistas na Nova República



Também, um caso de morte não teve suas razões claramente divulgadas, dando a entender, na pesquisa realizada, que a morte não teve motivo aparente, a não ser o de João Valdecir de Borba ser um

¹ Na década de 1990 não há registros oficiais de jornalistas perseguidos e mortos. Os registros começam no ano 2000.

jornalista. Os demais 32 jornalistas foram vítimas por denunciarem casos de corrupção de políticos, má administração nos municípios e investigarem crimes em suas cidades de origem. Trabalhavam em veículos menores como rádios comunitárias, jornais locais, e também mantinham blogs independentes ativos e sites. Em sua maioria no estado do Rio de Janeiro, seguido de Ceará (Tabela 5), com idade entre 20 e 70 anos (Tabela 6)

Tabela 5: Estado de jornalistas mortos na Nova República

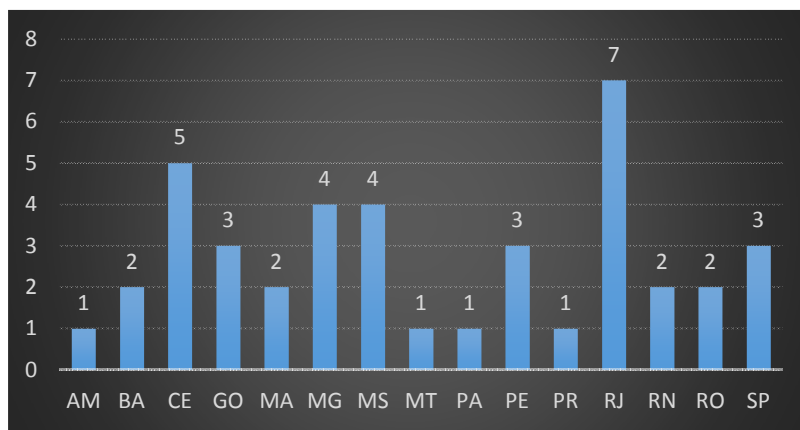
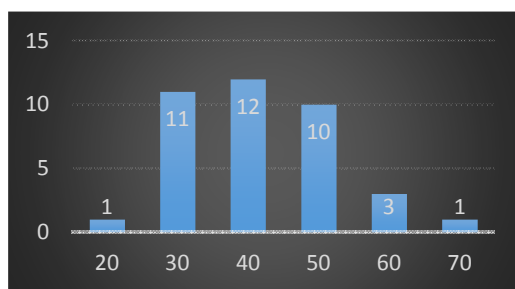


Tabela 6: Idade dos jornalistas mortos na Nova República²



Dentre esses casos, destaque para quatro profissionais mortos que trabalhavam para grandes veículos de comunicação, de grande alcance no estado ou nacional: Tim Lopes (TV Globo), Sávio Brandão

² Nos arquivos não foi encontrada a idade de três jornalistas.

(Folha do Estado MT), e os cinegrafistas Gelson Domingos (TV Bandeirantes) e Santiago Ilídio Andrade (TV Bandeirantes).



Sávio Brandão – morto aos 41 anos

Foto: divulgação/site Impunidade

Sávio Brandão era empresário e dono do jornal Folha do Estado no Mato Grosso. Aos 41 anos, o empresário foi assassinado em 30 de setembro de 2002, em plena luz do dia, quando visitava as obras de onde seria a nova sede de seu jornal. Dois homens atiraram contra Brandão e, ao menos, cinco tiros o atingiram, sendo fatal para Brandão. Diversos jornais do país noticiaram a sua morte.

Um ano antes, o jornal de Brandão havia publicado matérias com denúncias sobre o 'jogo do bicho' e a máfia dos caça-níqueis no Estado do Mato Grosso, onde essas denúncias atribuíam como chefe do esquema João Arcanjo Ribeiro. Segundo registro do G1, em 2013, durante julgamento do ex-bicheiro, a irmã do empresário, Luiza Maria de Barros Lima, contou que o irmão vinha sofrendo ameaças de Ribeiro e que o empresário já havia solicitado proteção aos órgãos de segurança.

Ainda segundo matéria do G1, para a irmã de Brandão, uma última matéria publicada no jornal Folha do Estado, onde falava sobre um relatório da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) que apontava Ribeiro como o 'Al Capone de Mato Grosso' e como líder do crime organizado no estado. (ARAÚJO, 2013; PINTO, PETTENGILL, 2002)



Tim Lopes – morto aos 52 anos

Foto: divulgação / UOL

O caso do jornalista Tim Lopes (Arcanjo Antonio Lopes do Nascimento) é o mais lembrado e que teve maior repercussão no país nos últimos anos. Repórter

investigativo da Rede Globo, o jornalista fazia uma matéria sobre abuso de menores e tráfico de drogas que ocorria em um baile funk na comunidade Vila Cruzeiro, zona Norte do Rio de Janeiro quando desapareceu no dia 2 de junho de 2002.

Em reportagens e acervos da Globo, foram divulgados detalhes da morte do jornalista. Ele foi sequestrado e morto por traficantes a mando de Elias Maluco. O jornalista teria sido vítima do 'Tribunal do Tráfico'. Apenas no dia 9 de junho a polícia confirmou o assassinato do jornalista. Relatos do ACERVO O Globo diz que o jornalista foi carbonizado em uma fogueira de pneus, chamada de micro-ondas. Um mês depois os restos mortais foram identificados por exame de DNA e o enterro do jornalista realizado. (O GLOBO, 2013)



Gelson Domingos – morto aos 46 anos

Foto: reprodução / TV Globo

O cinegrafista Gelson Domingos, trabalhava para a TV Bandeirantes e morreu baleado quando cobria uma operação, junto com equipe da TV Bandeirante, do BOPE (Batalhão de Operações Especiais) contra o tráfico de drogas na Favela de Antares, em Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

O Caso teve repercussão nacional e em nota divulgada pelo portal G1 consta que o repórter cinematográfico foi socorrido até à UPA (Unidade de Pronto Atendimento) de Santa Cruz, mas ao chegar foi constatado que já estava morto. (G1, 2011)



Foto: divulgação/TV Band

Santiago Ilídio Andrade – morto aos 49 anos

Santiago Ilídio Andrade era cinegrafista da TV Bandeirante e foi morto, aos 49 anos, quando cobria uma manifestação, no Rio de Janeiro, contra o aumento da passagem de ônibus, no dia 6 de fevereiro de 2014. Andrade foi atingido por um rojão enquanto trabalhava.

Segundo matéria da Revista Exame, dois ativistas foram responsabilizados pelo ato, mas foram soltos para responder processo em liberdade (GANDRA, 2015; ROSSI, BERDIBELLI, 2014).

Considerações finais

O jornalista, ou profissional da área de comunicação, continua sofrendo violência por seguir as diretrizes da profissão, como o direito fundamental do cidadão à informação, o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação.

Os 24 jornalistas mortos na ditadura lutaram contra um governo repressor e tentaram, de algum modo, passar tal informação à população brasileira, pois era direito do povo saber a real situação do país, e por isso os profissionais foram silenciados. Nesse caso, a repressão, a tortura e a morte vinham do próprio Estado.

Já na Nova República, quando a democracia se fez presente no país, a luta dos profissionais da comunicação continuou. Ser jornalista traz consigo a periculosidade e a vulnerabilidade da profissão. Como citado anteriormente, segundo a organização Repórteres Sem Fronteira, no ano de 2016 o Brasil foi considerado o 4º país mais perigoso para jornalistas, na América Latina.

Assim como no passado, é perceptível que o acesso à informação e a liberdade de imprensa está entre as prioridades da sociedade, e essa situação abrange os dois períodos históricos analisados nessa pesquisa.

Na ditadura, os jornalistas morriam pela mão do Estado, agora eles morrem por omissão do mesmo como casos de impunidade, falta de investigação dos casos, falta de segurança no exercício da profissão, se tornando uma das atividades profissionais mais perigosas.

REFERÊNCIAS

ABRAJI. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO. **Relatório de desempenho da Lei de Acesso a Informações Públicas**. São Paulo: ABRAJI, 2013. Disponível em: <http://www.abraji.org.br/midia/arquivos/file1368697819.pdf>. Acesso: 20 jan. 2013.

AGÊNCIA BRASIL. Repórteres sem Fronteiras: 49 jornalistas foram mortos em 2019. **Agência Brasil**, Brasília, publicado em 17/12/2019. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-12/reporteres-sem-fronteiras-49-jornalistas-foram-mortos-em-2019>>. Acesso em: 21 jan 2019.

ARAÚJO, Pollyana. 'Ele era ameaçado por Arcanjo', diz irmã de Sávio Brandão durante júri. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/10/ele-era-ameacado-por-arcanjo-diz-irma-de-savio-brandao-durante-juri.html>. Acesso em: 17 de out 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigo 5º, XI. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Acesso à Informação**. Decreto nº 7.724/2012. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo: Contexto, 2009.

CEMDP. **Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Disponível em: <http://cemdp.sdh.gov.br>. Acesso em: 21 out 2018.

DONATO, Mauro. A democracia no Brasil e o Mito da Imprensa Livre sob a Direita. **Carta Capital**, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/06/08/a-democracia-no-brasil-e-o-mito-da-imprensa-livre-sob-a-direita/>. Acesso em: 10 set. 2018.

FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas Brasileiros. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em: http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 21 out. 2018.

FIGUEIREDO, Priscilla. **Liberdade de imprensa no Brasil: a vulnerabilidade dos jornalistas na Ditadura e na Nova República**. Monografia (Graduação em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo). CD ROOM. Ribeirão Preto: Centro Universitário Barão de Mauá, 2018.

FIGUEIREDO, Priscilla; ZAUITH, Gabriella. Liberdade de imprensa no Brasil: a vulnerabilidade dos jornalistas na Ditadura Militar e na Nova República. In: VI Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, 2019, São Paulo. **Anais...** VI Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo. São Paulo: Abraji, 2019. p. 1-20.

G1. Cinegrafista morre em operação do Bope em favela do Rio. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 6 nov. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/11/cinegrafista-morre-em-operacao-do-bope-em-favela-do-rio-diz-pm.html> Acesso em: 21 out. 2018.

GANDRA, Alana. Justiça solta ativistas presos pela morte de cinegrafista. **Exame**, São Paulo, 18 mar. 2015. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/justica-solta-ativistas-presos-pela-morte-de-cinegrafista/> Acesso em: 22 out 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Francisco Eduardo; STACCIARINI, Isa Coelho; NASCIMENTO, Solano. O uso da LAI por jornalistas: uma análise de requerentes, pedidos e resposta. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 15, n. 2, 2018.

JORGE, Fernando. **Cale a boca, jornalista!**: o ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira. Osasco: Novo Século, 2008.

NASCIMENTO, Luciano. FENAJ recebe relatório sobre jornalistas perseguidos na ditadura. **Agência Brasil**, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-11/fenaj-recebe-relatorio-sobre-jornalistas-perseguidos-na-ditadura> acessado em 10 mai 2018

O GLOBO. Tim Lopes é torturado e assassinado por traficantes na Vila Cruzeiro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 jul. 2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/rio-de-historias/tim-lopes-torturado-assassinado-por-trafficantes-na-vila-cruzeiro-8903694#ixzz5VpRP7ztQ>. Acesso em 17 de outubro de 2018.

PINTO, Anselmo Carvalho; PETTENGILL, Daniel. Pistoleiros matam Sávio Brandão. **Diário de Cultura**, Cuiabá, nº 10424, 1 out. 2002. Disponível em:

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=115980>. Acesso em 21 out 2018.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. 10. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ROSSI, Marina; BERDINELLI, Talita. Morre cinegrafista atingido por um rojão em manifestação no Rio. **EL País**, São Paulo, 14 fev. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/10/politica/1392046355_124283.html Acesso em: 22 out 2018.

RSF. REPÓRTERES SEM FRONTEIRA. **Confira a lista de repórteres assassinados no Brasil entre os anos de 2000 a 2017**. Disponível em: <https://rsf.org/pt/barometro?year=2000>. Acesso em: 10 mai 2018

SILVA, Alexandre Assunção. **Liberdade de expressão e crimes de opinião**. São Paulo: Atlas, 2012.

SINDICATO dos jornalistas profissionais do Estado do Rio de Janeiro. Inquérito sobre jornalista assassinado chega ao MP. Sindicato dos jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, **SJPRJ**, 22 mar. 2012. Disponível em: <http://jornalistas.org.br/index.php/inquerito-sobre-jornalista-morto-no-interior-chega-ao-mp/>. Acesso em: 21 out 2018.